

## **Uma Análise dos Estudos atuais sobre a Influência Privada na Educação Pública**

**Autor: Jairo Campos dos Santos (Mestre – UFRRJ)<sup>i</sup>**

**Co- autora: Luiza Alves Ribeiro (Doutoranda – UFRJ)<sup>ii</sup>**

### **Resumo**

A influência privada na educação pública, ou seja, a disseminação das ideias de gerenciamento privado no processo educacional público é ou não nociva para o desenvolvimento de um conhecimento socialmente significativo? O presente trabalho pretendeu discorrer sobre algumas das principais teorias atuais que focalizam os aspectos nocivos da maciça ação do capital privado nas atividades que deveriam estar sendo exercidas diretamente pelo poder público. A análise da redefinição do Estado, quando é considerado “culpado” pela atual condição caótica do sistema educacional público, através do contexto neoliberal e, também, da “Terceira Via”, são os fundamentos principais desta análise. Observou-se que o Estado pode estar deixando de ser democrático no contexto educacional, à medida que transfere para o “capital privado” não somente as ações educacionais, mas a definição de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave: Educação Pública, Influência Privada, Quase-Mercado, Qualidade na Educação.

### **An Analysis of the current Studies on the Private Influence in the Public Education Abstract**

The private influence in the public education, that is, the dissemination of the ideas of private management in the public educational process is or not harmful for the development of a socially significant knowledge? The present work intended to discourse on some of the main current theories that focus the harmful aspects of the massive action of the private capital in the activities that would have to be being exerted for the public power directly. The analysis of the redefinition of the State, when it is considered “guilty” by the current chaotic condition of the public educational system, through neoliberal context and, also, of the “Third Way”, is the main beddings of this analysis. It was observed that the State can be leaving of being

democratic in the educational context, to the measure that the educational actions not only transfer to the “private capital”, but the definition of public politics for the sector.

Keywords: Public education, Private Influence, Almost-Market, Quality in the Education.

## **1. Introdução**

Nesta primeira década do século XXI, a busca pela qualidade na educação, através de mecanismos intimamente ligados a códigos econômicos e comerciais que definem as atividades de mercado, estão sendo utilizados em larga escala em todo mundo e, como não poderia deixar de ser, também no Brasil.

Tal situação surge à medida que o “Estado” é considerado como ineficiente no planejamento e execução de políticas públicas para a educação.

Essa consideração nasce segundo Amaral (2008, p.3), através de mecanismos empresariais nas políticas educacionais brasileiras, em meados da década de 1990, que buscavam reformular o aparelho estatal visando, segundo os defensores dessa idéia, à entrada do Brasil para a modernidade.

As ações com este fim se ancoram nas idéias “neoliberais”, que procuravam curar o “mal” do Estado em busca da formação de um “Estado mínimo” para as políticas sociais e de “Estado máximo” para o capital, de acordo com Peroni (2008, P.3)

A partir daquela data, conforme menciona Freitas (2007, p. 44), começa a surgir distintas formas de se conceber a educação e o planejamento educacional, ou seja, uma disputa entre normas regulamentares (da parte dos educadores) e planos (da parte dos tecnocratas). Assim, redefinidas as funções do Estado e demonstrado claramente qual a nova ideia para a formação das políticas públicas, as formas de agir no sistema educacional público logo ficaram claras e as ações que visam a uma “educação de qualidade” através da lógica do capital. Essa lógica, onde os padrões de excelência estão intimamente ligados aos resultados de sistemas de avaliações e eficiência, passa a vigorar esbarrando nitidamente no processo democrático de gestão da educação.

A narração contida neste trabalho não é exaustiva, porém busca ser precisa, à proporção que avança sobre um tema que está deveras atualizado e, conseqüentemente, busca estimular um aprofundamento da discussão, principalmente, para os fomentadores de políticas públicas educacionais. Dessa forma, buscou-se relacionar as principais ideias existentes no campo de estudo relacionado à influência privada na educação pública, quando evidenciam o

caráter perigoso e nocivo que todo este movimento poderá causar para a gestão democrática da educação pública.

## 2. “Novas Ideias” para a Gestão Pública

Antes de mencionar quais são as “novas ideias” para o sistema educacional público que buscam incessantemente a sua melhoria de qualidade, é importante observar que a redefinição do papel estatal brasileiro se manifestou através de uma delimitação das atividades ou das funções do Estado, conforme Bresser Pereira (1997,p. 22):

Para delimitar com clareza as funções do Estado é preciso, a partir do conceito de Estado, distinguir três áreas de atuação: (a) as atividades exclusivas do Estado; (b) os serviços sociais e científicos do Estado; e (c) a produção de bens e serviços para o mercado.

Ainda, de acordo com Bresser Pereira (*idem*), dois pontos principais, ligados à privatização, são importantes para redefinir as ações do Estado: a publicização e a terceirização. Terceirização é um processo que busca transferir, para o setor privado, os serviços auxiliares ou de apoio; já a publicização é a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos prestados pelo Estado.

Sendo assim, as políticas públicas que começaram a ser definidas em vários campos e, principalmente, na educação, a partir de 1990, passaram a desmembrar o que poderia ser e o que não poderia ser exclusivo para ação do Estado.

Partindo do princípio que estas políticas públicas estão atreladas aos conceitos neoliberais em todas suas vertentes, mas possuem algumas distinções conceituais, os mecanismos efetivos de execução de tais políticas terminaram se manifestando de diversas formas, entretanto, como menciona Peroni *et al* (2009, p.763):

As novas fronteiras entre o público e o privado materializam-se de diversas formas. O destaque (...) será dado em dois movimentos: a alteração da propriedade (público não-estatal) e o que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter lógica do mercado, reorganizando os processos de gestão (quase-mercado).

Na verdade, à medida que os conceitos neoliberais foram trazidos para a efetivação de políticas públicas, os governantes ligados a esta vertente político-econômica, conforme Souza e Oliveira (2003, p. 876) buscaram uma alternativa de gestão que superasse a dicotomia, gestão “estatal-centralizada-burocrática-ineficiente” de um lado, “mercado-concorrencial-perfeito” por outro. E a alternativa criada foi introduzir concepções de gestão privada nas instituições públicas, sem alteração de propriedade das mesmas.

Para tanto, algo mais que a tendência neoliberal de gestão precisava ser efetivado, surgindo, assim, a Teoria da Terceira Via, que também possui o mesmo diagnóstico que a Teoria Neoliberal, quanto à culpa da crise pelo Estado, entretanto, propondo estratégias diferentes para a solução desta “crise”. Segundo Peroni (2009, p.763) o neoliberalismo defende o Estado mínimo e a privatização, já a Terceira Via, a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor. Ou seja, para os neoliberais, a solução está em passar a execução dos serviços públicos para o mercado e para a terceira via, entregá-la para a sociedade civil sem fins lucrativos.

Em evolução, observando que a ideia de um novo modelo gerencial passa a ser definido, o desenvolvimento, inclusive legal, de Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e, também, as Parcerias Público-Privadas, surge como efetiva alternativa, à medida que representam a sociedade, configurando o público não-estatal ou terceiro setor, que, de acordo com Peroni *et al* (2009, p. 765) conserva a função, o serviço ou a atividade como estatal, mas com uma lógica de mercado, pois é considerado mais eficiente e produtivo. Surge assim o “quase-mercado”.

Neste contexto, com a evidência de que a gestão pública estatal pura e simples está comprovadamente falida, uma nova agenda surge e se transporta para todos os setores, sendo que agora redefinida e reestruturada para legitimar ações que redefinam o papel do Estado, principalmente no Sistema Educacional.

### **3. A Educação Pública sob influência Privada**

A necessidade de introduzir melhorias e aumentar a qualidade da educação pública no Brasil, com todo o exposto, passou a seguir as questões do quase-mercado e, como menciona Amaral (2008, p. 9), dando maior relevância ao produto, desconsiderando o processo.

Primordialmente, o que se busca com a introdução da melhoria da qualidade, através de técnicas do quase-mercado, seria a introdução generalizada de avaliações sistêmicas, a fim de validar o processo educacional, ou como menciona Santos (2004, p. 1146):

No presente estágio do capitalismo, têm sido implementadas políticas públicas que, articuladas à globalização econômica, reconfiguram as políticas sociais. Este processo faz parte do ajuste estrutural, em que a criação do Estado mínimo exige reformas que repassem para o setor privado encargos e compromissos até então assumidos pelo setor público. Neste cenário se delineia uma nova arquitetura para o setor educacional, edificada a partir de critérios de eficiência e eficácia em consonância com os interesses do mercado, que alicerçam mudanças de várias ordens nos sistemas de ensino.

Com a evidência do quase-mercado e suas ações de gestão privada na esfera pública, a ideia de competitividade e medição de força entraram de vez no sistema educacional

brasileiro, como menciona Freitas (2007) em seu trabalho específico sobre a história da avaliação da educação básica no Brasil.

Na verdade, o Estado passa a ser o financiador das atividades exercidas no campo educacional, à medida que repassa os recursos públicos para as entidades do terceiro setor que executam políticas sociais (públicas?) ou como menciona Peroni (2008, p.9):

Com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado. Verificamos dois movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas públicas sociais para o público não-estatal: ou através do público que passa a ser de direito privado ou o estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução das políticas sociais.

Com o quase-mercado a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público.

Assim, a partir do momento que o Estado assume sua incompetência para gerir seu sistema educacional público, ele o “entrega” a alguma Organização para-estatal, tipicamente e legalmente, capacitada para exercer tal atividade. Descaracteriza-se o Estado-executor, surgindo o Estado-regulador e o Estado-avaliador, de acordo com Castro (1998, p. 9).

Esta evidência, para Silva (2009, p. 221) sinaliza que:

Pouco importa os saberes, se a escola como um todo desenvolve valores humanos, se caminha para o entendimento da qualidade no sentido social, se desenvolve projeto com aqueles que têm limitações. O que conta são os números e não a forma ou o processo de como os números foram gerados.

Dessa maneira, observamos que o conjunto de ações, que evoluíram em busca da qualidade da educação pública, possui uma sequência cuja lógica estaria conjugada com os interesses do capital, ou seja, metas e resultados seriam planejados, recursos públicos seriam investidos para o atingimento desses resultados e os melhores seriam exaltados. Para aqueles que não alcançaram tais resultados, haveria um incremento maior desses recursos e novas metas seriam traçadas.

Cabe ressaltar que o reconhecimento da incapacidade do Ente público para exercer sua atribuição constitucional de fornecer uma educação básica de qualidade para seus cidadãos e a posterior transferência dessa ação para qualquer organização pública não-estatal reflete não só a transferência de recursos, mas, também, a transferência da responsabilidade ou como assevera Costa (2001, p. 49)

Neste ambiente, podem ser encontradas desde argumentações que destacam a má gestão dos recursos públicos, operada pela máquina estatal até a sucessão de evidências de negligência no interior dos sistemas educacionais públicos. Para estes males o antídoto estaria numa combinação de introdução de mecanismos de competição, redimensionamento das burocracias educacionais nos níveis intermediários e centrais, deslocamento de parte das decisões e da gestão em direção às pontas do sistema e na busca de parcerias com organizações da sociedade civil. Em muitos casos, regimes especiais de trabalho são criados para o funcionalismo admitido para desenvolver tais atividades.

Novas estruturas, novos mecanismos de gestão, descentralização, transferência de recursos e de responsabilidade, em busca de uma melhor qualidade na educação, medida através do desempenho dos alunos em sistemas de avaliação em diversas formas e modelos e tudo isso gerenciado por organizações públicas não-estatais, que implementam as políticas públicas e que atuam em defesa dos interesses da sociedade, como legítimas representantes, sem fins lucrativos ou como assevera Santos (2004, p. 1147):

Em resumo, elas são “quase-mercado” pois, apesar de sua aproximação com o mercado, dele se diferenciam porque não buscam maximizar o lucro e por não ficar claramente definido a quem pertencem suas estruturas.

No fundo, os fatores mais relevantes de todas essas transformações estão resumidos nos seguintes aspectos:

- reconhecimento do poder público na sua incompetência para gerir seu sistema educacional;
- proximidade de ideias neoliberais e da Terceira Via que se apresentam como soluções viáveis para a resolução do problema educacional;
- implemento de metas tipicamente do mundo empresarial nas políticas públicas;
- surgimento do “quase-mercado” educacional;
- busca da qualidade da educação através de medições das avaliações sistematicamente propostas;
- ações de organizações não-governamentais

Por fim, a síntese de tudo mencionado acima, é corroborada com a narração de Krawczyk (2005, p. 811 e 812):

A descentralização para o mercado é feita por duas vias que tendem a consolidar o espaço de quase-mercado na educação. Uma dessas vias busca, prioritariamente, descentralizar para o mercado a responsabilidade de controle e regulação educacional, e a outra pretende a descentralização da responsabilidade da oferta e universalização do serviço educativo. A primeira via pretende a constituição de um mercado de consumo de serviços educacionais, instalando na gestão da educação – do sistema e da escola – uma normativa ancorada na lógica da oferta e da demanda. Ela é apresentada como a dinâmica mais adequada para a construção de um sistema educativo democrático.

Os pais têm o direito de realizar uma escolha racional da qualidade de educação para seus filhos e o dever de controlar e exigir mudanças. O sistema educativo – por intermédio das escolas – tem a obrigação de oferecer projetos institucionais diversificados, de acordo com os interesses da população consumidora, e de prestar contas, por meio da informação dos resultados, à sociedade. Os direitos individuais do consumidor passam a prevalecer sobre os direitos sociais de educação do cidadão. Nesse sentido, têm sido elaboradas várias estratégias de informação aos pais – do tipo *ranking* e premiação às escolas –, fomentando a competitividade entre elas pela captação de recursos e de prestígio. Todavia, quando esta lógica se estende como possibilidade de gerar maior eficiência da gestão orçamental, surgem, também, outras “inovações” que têm como proposta um sistema de financiamento à demanda

educacional e claramente desencadeiam processos de descentralização para a escola e de privatização da educação.

#### **4. Algumas perdas “quase” imperceptíveis**

Ao contrário do que se imaginou e se imagina, há uma tendência de que ocorram mais perdas que benefícios, no processo educacional público, com sua transformação para um sistema de “quase-mercado” ou, até mesmo, da privatização de ações de políticas públicas.

Em primeiro momento, a constatação de que a substituição de um estado falido na implementação, desenvolvimento e execução de políticas públicas educacionais, para a população, por órgãos ou outras organizações que são reconhecidos por suas atividades, gera tranquilidade na população e boas expectativas, todavia, alguns aspectos nessas substituições precisam ser esclarecidos, pois poderão gerar perdas irreparáveis para as conquistas sociais existentes.

Em primeiro momento, observamos o risco da perda da gestão democrática no processo educacional, ou como assevera Peroni (2008, p. 10), a gestão democrática na escola, que é inclusive um princípio constitucional, está, na prática, cada vez menos sendo construída, à medida que começa a existir uma lógica de mercado orientando o papel estatal e que as políticas públicas estão sendo implementadas por organizações não governamentais e não-estatais.

A gestão educacional em busca das metas pré-estabelecidas não chega nem a ser discutida nas escolas e, sim, impostas como objetivos estratégicos, que precisam ser cumpridos inquestionavelmente, pois apesar da Terceira Via não perceber a democracia como inimiga, mas sim, como instrumental à retirada do Estado das políticas sociais, à proporção que apela para a subjetividade das pessoas, através de ajuda mútua, da solidariedade, da filantropia, enquanto o dinheiro público é transferido para as organizações que efetivamente estariam “corrigindo” e direcionando o processo educacional público, conforme Peroni (2008, p. 13).

Outro aspecto importante é a questão do *ranking* ou medidas de comparações. Tais situações são observadas nos diversos sistemas de avaliações existentes que, como observa Silva (2009, p. 219), tem como o objetivo demonstrar que, no campo econômico, o conceito de qualidade dispõe de parâmetros de utilidade, praticidade e comparabilidade, utilizando

medidas e níveis mensuráveis, padrões e “*rankings*”, testes comparativos, hierarquização e estandardização próprias do âmbito mercantil.

O delineamento dos sistemas de avaliação, que procuram por uma qualidade mensurável, realiza monitoramentos contínuos e, de acordo com Souza e Oliveira (2003, p.881) buscam a instalação de mecanismos que estimulem a competição entre as escolas, responsabilizando-as, em última instância, pelo sucesso ou fracasso escolar.

Na verdade, não se observa um retorno construtivo para os avaliados, pois o que ocorre está legitimado como real e, mesmo observando outras mazelas sociais que afetam diretamente o desempenho escolar, tais situações não são tratadas em conjunto, como afirma Fonseca (2009, p.173):

Se esse enfoque utilitarista serve à excelência empresarial, não é suficiente para orientar a qualidade da ação educativa. Nesse campo, a qualidade tem como horizonte as diferentes dimensões da vida social. Exige, portanto, uma interação constante entre a política educacional e os campos da ciência, da cultura, da cidadania e da ética. Este é um horizonte de longo alcance que a escola não pode alcançar em seu isolamento. Portanto, a sociedade espera que o Estado faça a sua parte. Primeiro, atuando como poder mediador, capaz de catalisar as demandas emanadas do campo científico e econômico, da comunidade educacional e das famílias e de conduzi-las ao encontro de um projeto educacional que contemple todas as dimensões do conhecimento humano. Segundo, exercendo sua capacidade equalizadora, no sentido de prover condições para a superação das dificuldades que afligem os entes administrativos locais (orçamentárias, gestonárias, pedagógicas e culturais).

## 5. Reflexões e considerações

O presente trabalho está muito longe de ser exaustivo, entretanto, busca apresentar situações que são cotidianas, no campo educacional público brasileiro.

Diversos pesquisadores, além dos aqui mencionados, já se manifestaram sobre o assunto e, através de seus trabalhos e pesquisas, ecoam os sinais de que as transformações ocorridas através dos aspectos, também aqui tratados, podem estar gerando, ou melhor, aumentando o abismo social existente em nosso país.

Em sua obra “A Educação para além do capital”, István Mészáros (2008, p. 45) já menciona que “as soluções educacionais formais, mesmo algumas das maiores, e mesmo quando são sacramentadas pela lei, podem ser completamente *invertidas*, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade”.

Sabe-se que os interesses do mercado são os mais variáveis possíveis, pois estão atrelados ao sistema econômico e, dessa forma, um sistema educacional envolvido nesses interesses poderá ser direcionado de uma maneira para um grupo de cidadãos e de outra maneira para outro, gerando monopólios que, para Noronha (2005, p.148-150), quando os



conhecimentos socialmente significativos são transmitidos de maneira desigual, é como uma distribuição desigual dos bens, sejam eles materiais ou não materiais e isso caracteriza o “monopólio” desse conhecimento.

Assim, o risco de enfraquecimento dos direitos universais conquistados, principalmente com a educação está próximo, já que o simples fato de tornar o Estado incapaz de planejar e executar políticas públicas para o setor já faz “tremar” a democracia.

Neoliberalismo, Terceira Via, Globalização e outras teorias que insistem em qualificar o Estado como o “fraco”, na verdade, nos últimos três anos, é que vem demonstrando não somente sinais de fraqueza, mas de um completo colapso, haja vista a última crise financeira mundial (2008), na qual, as grandes potências capitalistas cujos “Estados cheios de defeitos” é que estão retirando o “capital” e o “mercado” de crise.

E os efeitos dessa crise estão tão profundos que as ideias de “Estado mínimo” efetivamente não se solidificaram, pelo contrário, a crise do capital colocou o “Estado” em “Risco Moral” e a sobrevivência do capitalismo, como a teoria mais próspera, está sendo contestada por pesquisadores do setor.

Efetivamente, o que se observa são contradições, redefinições do papel do Estado de maneira arriscada, maciças avaliações, gerando desigualdades, sem oferecer condições para que as mesmas diminuam, enfraquecimento da escola democrática, enfim, uma série de situações e condições que, possivelmente, em um futuro bem próximo, demonstraram um retrocesso no sistema educacional, pois como menciona Peroni (2009, p. 157), a “mercadificação de tudo” (Harvey, 2008) gera consequências graves para a desigualdade social, já que os direitos sociais materializados em políticas universais acabam cedendo lugar a políticas fragmentadas e focalizadas e, além disso, conduzidas por um único setor da sociedade em nome de todos: a Terceira Via.

Cabe ressaltar, também, o fato de que aqueles diretamente envolvidos no processo educacional (professores, coordenadores pedagógicos, supervisores escolares, diretores,...) estão passando por um esvaziamento profissional agregado ao desprestígio e tudo isso fomentado pela ideia de que a sistemática pedagógica pode simplesmente ser tratada por qualquer pessoa e, dessa forma, pela ótica do mercado.

Por fim, fica a possibilidade e a necessidade de que tal assunto seja tratado com um maior aprofundamento, inclusive com análises históricas e quantitativas, além dos registros que já por muitos anos estão sinalizando para os riscos e a possibilidade do sistema educacional público se tornar um mero produto para consumo descartável sem trazer nenhuma representatividade para os cidadãos.

## 6. Referências Bibliográficas

AMARAL, J. C. S. R. O Quase-Mercado na Educação: Interfaces da Lógica Empresarial nas Políticas de Gestão Educacional. VI Escola de Inverno – FAGED/UFRGS, jul 2008.

CASTRO, M. H. G. Palestra Inaugural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1997, Rio de Janeiro. Anais...Brasília, DF: INEP, 1998.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, Aug. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 nov 2009

FREITAS, D. N. T. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP; Autores Associados, 2007

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, Out. 2005 . Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 10 nov 2009

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo, SP; Boitempo, 2008.

NORONHA, O. M. Teorias e Configurações nas práticas Educativas. In: O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. LOMBARDI, J. C. *et al* (Orgs). Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da Educação), p. 145-154.

PERONI, V. M. V *et al*. Estado e Terceiro Setor: As novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica Brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, Out 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 jan 2010

PERONI, V. M. V. As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais. **CADERNO DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL**, v. 4, p. 84, 2009.

PERONI, V. M. V. Políticas Públicas e Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado. **ANPED-Sul**, jun 2008.

SANTOS, L. L. C. P.. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, Dez. 2004 . Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 nov 2009

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, Ago. 2009 . Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 nov 2009

SOUZA, S. Z. L; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 84, Set. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 nov 2009

---

<sup>i</sup> JAIRO CAMPOS DOS SANTOS

Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios (UFRRJ); Especialista e Gestão da Administração Pública (UCB – UNESCO); Administrador (UniMSB).

Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, atuando no Planejamento e Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação da mesma cidade.

Leciona disciplinas ligadas ao Curso de Administração na UniMSB.

Desenvolve pesquisas na área de gestão da educação pública, englobando aspectos ligados ao investimento através do orçamento público descentralizado na educação, políticas públicas para a educação, participação dos diretamente envolvidos no processo educacional público na gestão da educação.

E-mail: [jairo06@uol.com.br](mailto:jairo06@uol.com.br)

<sup>ii</sup> LUIZA ALVES RIBEIRO

Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004).

Professora adjunta do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (UniMSB) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, lecionando disciplinas ligadas às áreas de Linguagem e Educação.

Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Linguagem, Formação de Professores e Políticas Públicas relacionadas à implementação de atividades relacionadas à formação continuada dos professores e melhoria dos indicadores de qualidade da Educação.

E-mail: [luizarib@ig.com.br](mailto:luizarib@ig.com.br)